

CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DA HIPÓTESE DO COLONIALISMO DE DADOS DE NICK COULDRY E ULISSES A. MEJIAS

Vinícius Sousa de Oliveira - Graduação Ciências Sociais (UFMG)

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar a análise crítica da abordagem do *colonialismo de dados* apresentada por Nick Couldry e Ulisses A. Mejias a partir das lentes da crítica da economia política da informação. Os objetivos específicos são: (i) descrever a lógica argumentativa dos autores para a hipótese do *colonialismo de dados*; (ii) identificar e analisar os pontos de contato que os autores afirmam ter realizado com as descobertas científicas sobre o capitalismo realizadas por Marx e Engels; (iii) apontar as fragilidades do argumento de *colonialismo de dados* e seu afastamento idealista da lógica concreta da acumulação capitalista. Justifica-se esse diálogo crítico com os autores perante a rápida disseminação de suas concepções pelo cenário acadêmico nacional, o que na atual conjuntura de agudização dos processos de concentração das plataformas tecnológicas estadunidenses tornam-se fundamentais precisões teóricas que sejam pautadas na dinâmica real do capital. Como resultado, afirma-se que os autores, ao não analisarem o trabalho produtivo, obscurecem o processo de exploração capitalista das plataformas digitais e a posição real do dado no processo de valor dessas empresas. A perspectiva idealista do dado *abstraido dos processos da vida humana* como contenedor de valor, que se torna recurso extraído via relações *coloniais*, faz perder de vista o encadeamento das mediações concretas que constituem o domínio das multinacionais. Com isso, afasta-se da lógica concreta do modo de produção capitalista em vigor.

Palavras-chave: Colonialismo de dados, economia de plataforma, trabalho produtivo

ABSTRACT

This article aims to critically analyze the data colonialism framework proposed by Nick Couldry and Ulisses A. Mejias through the lens of a political economy of information critique. Its specific objectives are: (i) to outline the authors' argumentative logic in advancing the data colonialism hypothesis; (ii) to examine their claimed theoretical

alignments with Marx and Engels' scientific discoveries of capitalism; and (iii) to identify conceptual weaknesses in the data colonialism thesis, particularly its idealist departures from the concrete logic of capitalist accumulation. This critical engagement is warranted by the rapid dissemination of their framework within academic discourse, particularly in contexts where the accelerating concentration of U.S.-based tech platforms demands rigorous theoretical precision grounded in capital's actual dynamics. The analysis demonstrates that by neglecting productive labor in their framework, the authors obscure the processes of capitalist exploitation underlying digital platforms and misrepresent data's actual role in value creation. Their idealist conception of abstracted life-process data as a self-contained value repository—extracted through colonial relations—ultimately disregards the concrete mediations constituting multinational corporate dominance. Consequently, their approach diverges from the material logic of the prevailing capitalist mode of production.

Keywords: Data colonialism, platform economy, productive labor

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo tem como setor chave de desenvolvimento as plataformas digitais, que participam da reconfiguração do mundo do trabalho (Antunes, 2020), consumo e da sociabilidade em geral. A dinâmica desses modelos de negócios tem como base os processos de coleta massiva e processamento de dados (Srnicek, 2017). O domínio de plataformas estrangeiras sobre os países periféricos e suas economias tem gerado esforços nacionais para compreender essa dinâmica como uma nova fase de expropriação internacional. Nesse contexto, a hipótese do *colonialismo de dados*, elaborada por Nick Couldry e Ulisses A. Mejias (2018, 2019, 2024), tem ganhado respaldo em parte do cenário acadêmico brasileiro (Silveira, 2021, 2024; Cassino, 2021; Avelino, 2023; Faustino e Lippold; 2023, Souza, 2021; Mian, 2021; Schiavi, 2021; Ermantraut, 2021). Seu principal argumento é que a extração generalizada de dados constitui novas formas sociais que fundamentam um novo modo de dominação *colonial*, no qual grandes corporações tecnológicas *abstraem da vida social* datificada o valor originário de seu lucro e poder. Nesse sentido, tem-se como objetivo avaliar criticamente aspectos dessa hipótese a partir das lentes da crítica da economia política da informação. Para isso, analisamos os fundamentos teóricos da proposta dos autores, com especial atenção às suas apropriações (e distanciamentos) de

categorias marxianas, como trabalho abstrato, valor e exploração. A partir dessa leitura atenta a seções chaves dos textos e da depuração dos núcleos argumentativos das ideias, retorno aos textos marxianos e a intérpretes para respaldar o uso das categorias marxistas empregado pelos autores. Os resultados indicam que a abordagem de Couldry e Mejias, apesar de mapear novas formas de controle e dominação social mediadas por plataformas, apresenta, ao menos três problemas centrais: (1) uma confusão categorial entre dados e valor, ignorando o papel do trabalho produtivo na transformação de informações em mercadorias; (2) um deslocamento analítico das relações de produção para as *relações de dados*, que invisibiliza as cadeias globais de exploração do trabalho que sustentam a economia digital; e (3) uma fundamentação idealista, que identifica valores, como autonomia e liberdade, como estruturalmente determinantes para a vida social.

A estrutura deste artigo se inicia com uma exposição descritiva de alguns pontos que constituem o encadeamento de argumentos centrais para a hipótese de *colonialismo de dados* dos autores. São eles: (i) a constituição da infraestrutura digital e o domínio das plataformas; (ii) a sociabilidade alterada e modulada pela mediação digital constitui *relações de dados*; (iii) a produção de dados, fonte de valor para o extrativismo colonial, está pautado em uma racionalidade colonial; (iv) o domínio internacional sobre as sociedades via *império da nuvem (cloud empire)*. Após essa exposição, são selecionados alguns pontos de contato e apropriações que os autores afirmam realizar com a teoria marxiana e marxista: são eles o **trabalho abstrato** e a **força de trabalho** como mercadoria, que está inserida na errônea interpretação sobre abstração social do trabalho como capacidade geral de criação humana; e o **valor** e o **trabalho produtivo**, que são modificadas arbitrariamente. Com essas categorias escolhidas como suporte, retorno aos textos marxianos e de alguns intérpretes para demonstrar a inadequada interpretação das categorias marxistas realizada pelos autores. Então, no interior desta crítica, busquei também efetivar uma demonstração da usabilidade das categorias marxistas, sem efetivar rompimentos arbitrários, para a compreensão do capitalismo contemporâneo e o setor de dados.

2. A HIPÓTESE DO COLONIALISMO DE DADOS E SEUS FUNDAMENTOS

A hipótese apresentada por Nick Couldry e Ulisses A. Mejias (2018, 2019, 2024) de que o *colonialismo de dados (data colonialism)* torna-se a dinâmica central do capitalismo contemporâneo baseia-se na identificação da extração de dados como a principal fonte de valor para o lucro do setor de *quantificação social (quantification sector)* em expansão. Essa

extração é operacionalizada por meio das *relações de dados* (*data relations*), novas formas de interação pessoa-pessoa e pessoas-coisas mediadas pelas ferramentas digitais. Elas possibilitam a estabilização dos processos de construção social dos diversos tipos de dados que são integrados como recursos na circulação informacional centrada nas plataformas digitais (Couldry, Mejias; 2018, 2019). As maiores dessas empresas, devido ao controle sobre *softwares*, equipamentos digitais e a tecnologias *big data*, distribuem suas influências sobre a internet via dispositivos de extração e contratos de compartilhamento que conectam os usuários a seus recursos e serviços. Além disso, o efeito rede das grandes plataformas estabelecem condições de mediação ao acesso informacional e participação social aos círculos mantidos sobre infraestruturas proprietárias que potencializam as capacidades de concentração e agregação de dados. Para os autores, elas são uma ferramenta chave para assegurar que a escala *colonial* de apropriação da vida humana torne-se a norma (Couldry, Mejias, 2019). Outra ferramenta é a construção ideológica de que a geração de dados seja natural ao funcionamento das redes e aparelhos, e que, tal qual recursos naturais, possuem potencial não utilizado e disponível ao uso das empresas.

Segundo os autores, a constituição das *relações de dados* ocorre devido à datificação (*datafication*), que é a transmutação de múltiplos aspectos das relações humanas em dados por meio da implementação de dispositivos digitais que contabilizam, mensuram e geram dados a partir de interações e informações coletadas. Para tal, as infraestruturas de captação das plataformas e empresas do *setor de quantificação social* precisam necessariamente interpor pessoas e coisas, consumidores e produtos-serviços digitais. Dentre os diversos exemplos apresentados, os autores apontam: a imposição de cadastramento, a necessária aceitação de termos de uso obscuros, a implementação automática de rastreamentos e tecnologias geradoras de dados. De acordo com os autores:

As relações de dados são de vários tipos, mas todas compartilham uma característica básica: elas garantem recursos informacionais (dados) para o capitalismo em áreas da vida humana que, anteriormente, não eram consideradas insumos diretos para a produção. Muito além da esfera da atividade produtiva normal, a interação social comum é cada vez mais vivenciada em ambientes de coleta contínua de dados, previsão de comportamento e modelagem de escolhas. Mas isso só é possível porque os atores sociais agora entram mais ou menos voluntariamente em relações de dados que asseguram fluxos regulares de dados para o capital. (Couldry, Mejias, 2019, p.12)

Essa contínua captura de dados pelo rastreamento das interações dos usuários individuais ocorre pela formação da nova estrutura de vigilância e intervenção modeladora que utiliza a capacidade informacional das bases de dados para moldar os serviços digitais. Além de alterações responsivas à interatividade de usuários, o surgimento das análises de

dados para predição dos custos de serviços de saúde, monitoramento público com checagem de registros policiais e comportamento de consumo para liberação de crédito bancário aponta para a expansão das *relações de dados* sobre a vida cotidiana. É por meio delas que a *vida humana*, para além de ser anexada ao capitalismo, também se torna sujeita ao contínuo monitoramento, vigilância, interferência algorítmica e modulação do comportamento, resultando no enfraquecimento da liberdade e autonomia humana (Couldry, Mejias, 2019).

A importância desses valores surge da interpretação que realizam do pensamento hegeliano, no qual identificam momentos de colapso social como “quando formações sociais baseadas em certos valores passam a se organizar em torno de objetivos práticos e instituições que direta e abertamente minam e se opõem a esses valores” (ibidem, p.154). Para os autores, a liberdade (*freedom*) e autonomia (*autonomy*) são os valores humanos fundamentais (*core human values*) violados pela expropriação de dados do *colonialismo de dados*.

A *autonomia*, em sua forma mais forte (*strong form*), envolve um sujeito ser *auto-determinado (self-determined)*, isto é, *capaz de agir de acordo com seus desejos e ações autênticas*. Em busca de ampliar essa noção centrada no indivíduo, os autores propõem uma articulação na qual a *integridade* da autonomia é *socialmente fundamentada* sem a qual não é possível *reconhecer a nós mesmos ou aos outros como sujeitos*, oposta à *forma de autogoverno agressivamente individualista*. O fundamento dessa ideia de autonomia é: “a integridade mínima do *self*, ou sua delimitação, sem a qual o *self* não seria um local distinto de experiência” (ibidem, p. 155). Os autores identificam essa delimitação de espaços como a *integridade mínima do self (minimal integrity of the self)*, que chega a ser definida como:

[...] a delimitação que constitui um *self* como *self*. Frequentemente, essa delimitação é experimentada ao defender um espaço mínimo de controle físico ao redor do corpo, mas também pode ser invadida sem incursão física—por exemplo, por atos de poder que intimidam, envergonham, assediam e monitoram o *self*. Por “espaço do *self*” entendemos o domínio materialmente fundamentado de possibilidades que o *self* tem como seu horizonte de ação e imaginação. O espaço do *self* pode ser compreendido como o espaço aberto no qual qualquer indivíduo experimenta, reflete e se prepara para definir seu curso de ação.(Couldry, Mejias, 2019, p. 156)

É na infinita interação entre o *interno* e o *externo*, entre o *self* e o outro, que surge a possibilidade de compreensão profundamente social do *self*. Esse espaço necessário para autonomia do sujeito é a camada mais profunda atingida pela recorrente invasão do rastreamento digital. A ameaça à privacidade dos usuários em face da vigilância digital é uma forma de violência ao mínimo espaço de integridade dos sujeitos. Além disso, as técnicas de modulação de comportamento e curadoria informacional minam a capacidade de exercício da

autonomia de escolha e formação de desejos. Logo, a conexão social na forma digital, principal via de atendimento da necessidade comunicacional da contemporaneidade, torna-se território explorado pelas empresas proprietárias das infraestruturas e constituintes do que os autores designam *setor de quantificação social*.

Por *setor de quantificação social*, Couldry e Mejias (2019, 2024) identificam uma série de empresas que mobilizam técnicas produtoras de conhecimento social que transformam os dados extraídos das atividades humanas, captadas digitalmente, em produtos comercializáveis. Além das plataformas digitais, como Google, Meta, X, Amazon, os produtores de dispositivos digitais e equipamentos chamados de inteligentes participam do processo de geração das massas de dados. No setor também são incluídas empresas corretoras de dados (*data brokers*) e organizações especializadas em processamento de dados, como Acxiom, Equifax, Palantir, que coletam, agregam, analisam, re-empacotam e vendem dados de todos os tipos enquanto oferecem suporte às outras organizações e seus usos de dados. O domínio sobre a infraestrutura necessária para armazenamento e processamento massivo de dados posiciona esse *setor* no controle da forma como e qual o objetivo final para a maior parte dos dados que são produzidos.

Conforme alegam os autores (2019), o que esse setor mobiliza é a construção de um modelo próprio de *conhecimento social* baseado no processamento massivo de dados e a capacidade do *big data* representar, prever e controlar cotidianos por meio da crescente datificação. Por *conhecimento social* os autores compreendem o episteme que identifica um conjunto de diferentes comportamentos humanos como um aglomerado singular formador do todo societário. Na argumentação dos autores, o atual modelo tem lastro histórico no modo como os Estados modernos do século XIX passaram a classificar as populações por meio da mensuração estatística de grupos e indivíduos. A construção de categorizações movidas pelos processos de contagem e representação estatística teriam efetivado não apenas a contagem, “mas desde que contar requer categorização, novas formas de ‘inventar pessoas’ emergiu” (Couldry, Mejias; 2019, p.119). Com o desenvolvimento da concorrência internacional, esses dados populacionais tornaram-se materiais ideológicos para disputas comparativas entre países quanto ao grau de desenvolvimento interno de cada nação. Os debates públicos sobre a sociedade e suas dinâmicas e possibilidades teriam passado a se respaldar nessa massa de dados construídos pelos Estados nacionais. Logo, a percepção da realidade posta em debate passaria a ser delimitada pela precisão ou sua falta na representação de aspectos da realidade capturada. Para além da usabilidade histórica no

manejo do comércio internacional e no controle administrativo de territórios distantes, os instrumentos estatísticos desenvolvidos viriam a ser instrumentos de poder.

Os números, e a ciência estatística que se desenvolveu a partir deles, permitiram um modelo de controle social, com a norma estatística funcionando como um instrumento de normalização, dentro de uma visão mais ampla de 'governo a partir do ponto de vista social' (Couldry, Mejias; 2019, p.120).

Diferente de sua formação histórica, os autores identificam na contemporaneidade que essa forma de produção do “social” diferencia-se por ser: realizada por empresas privadas; não haver publicidade e transparência dos resultados, categorizações e cálculos; e estar restrita ao controle das empresas impedindo o debate público sobre a significância de resultados, seus limites e debilidades. Logo, a *quantificação social* expande-se sobre múltiplos territórios com massiva capacidade de processar dados gerados diretamente da particularidade cotidiana dos usuários de forma a acumular (*caching*) o *social*. O objetivo de extrair e armazenar dados é sua utilidade posterior para mensagens direcionadas, ofertas e anúncios, fonte de lucro econômico. Esse aspecto comercial do *colonialismo de dados* é acompanhado da formação de uma nova racionalidade do social na qual os dados são fundantes para campos de conhecimento: neuroeconomia, física social, teoria computacional do comportamento.

Os autores descrevem o movimento geral do *colonialismo de dados* por meio dos quatro X's da extração de dados: exploração, expansão, extração e extermínio. Através de recursos metafóricos referentes ao colonialismo histórico e das conquistas ibéricas, esses processos representam, respectivamente: a descoberta do que são considerados novos *territórios* da vida social passíveis de serem datificados; a infiltração desses ditos territórios por tecnologias de captura de dados através da oferta de serviços e produtos que se aderem ao cotidiano das pessoas; a retirada de *recursos* digitais – informações na forma de dados – tratados como naturais e dispostos à livre captação dos conquistadores; e, por fim, na destruição de alternativas e a gradual eliminação de espaços sociais existentes fora das chamadas *relações de dados*. Com isso, alegam os autores, também ocorreria a “subjugação da diferença pelo interesse à conformidade” pelo qual a destruição física dos sujeitos tornaria-se desnecessária perante a eliminação das formas de vida externas às *relações de dados*. (Couldry, Mejias; 2019, p. 107)

Essa ordem social possuiria uma estrutura denominada pelos autores como *império de nuvem* (*cloud empire*) que não se funda sobre as capacidades militares e políticas particulares de um determinado Estado-nação. Os agentes responsáveis por essa estrutura seriam as

grandes *empresas-estados* (*company-states*) que adquirem poderes significativos sobre os territórios ao infiltrarem suas infraestruturas digitais e modificarem as sociabilidades locais. Essas poderosas corporações atuam com a cooperação dos Estados para definir os novos contornos geográficos do colonialismo de dados. No entanto, para os autores, essa nova organização contemporânea do poder – que não recebe devido aprofundamento sobre as particularidades das integrações de sociedades diversas e desiguais a essa nova ordem global proposta (Couldry, Mejias; 2018, 2019, 2024)– é caracterizada por um sistema internacional de cooperação entre *empresas-estatais* e Estado-nações. Isso significa, prosseguem eles, que as grandes corporações passam a assumir a estrutura de abstração estatística – produção do *conhecimento social* – sem terem a obrigação de *prestarem contas* (*accountability*) sobre os processos reais de software, a caixa preta das *Big Techs*.

Assim, forma-se uma nova ordem capitalista no qual corriqueiras interações sociais contribuem ao mais-valor não como trabalho, mas fator de produção. Segundo os autores:

O que é central na nova ordem social capitalista é que a interação social comum hoje contribui para o mais valor não como trabalho, mas como um fator de produção. A vida humana está sendo incorporada dentro de um processo de produção amplamente expandido e, como tal, enfrenta uma pressão crescente para ser mercadorizada, seja como dados pelos quais as plataformas são remuneradas de alguma forma, ou (na visão de alguns reformadores) como uma forma de força de trabalho disfarçado, pelo qual esses reformadores propõem que os usuários das plataformas sejam pagos. O ponto-chave não é se algum pagamento resultante, mas que os rastros de dados de nossas atividades estão sob pressão para serem mercantilizados. Essa é a mudança central em andamento, e ela não decorre da transformação do trabalho por meio das plataformas digitais, mas de algo mais profundo: uma expansão de todo o processo de produção capitalista e os fatores que a ele contribuem, para englobar o fluxo da vida humana em toda a sua abertura e imprevisibilidade. (Couldry, Mejias; 2019,p. 31–32)

Nesse ínterim, identifica-se como pontos de sustentação da estrutura argumentativa dos autores em *Costs of Connection* (2019): (i) a constituição da infraestrutura digital que penetraria as delimitações do *self*; (ii) a sociabilidade que seria alterada e modulada pela mediação digital constitui *relações de dados*; (iii) a produção de dados, tomados como fonte de valor para o extrativismo colonial, estaria pautada em uma racionalidade colonial; (iv) o uso comercial desses dados constituiria o lucro do *setor de quantificação social*; (v) e seu domínio internacional sobre as sociedades seria constituído via *império da nuvem*(*cloud empire*). A partir desses pontos, os autores resumizam que: “o *colonialismo de dados* é a mais nova forma como a *vida* vem sendo apropriada pelo capitalismo”, o “*setor de quantificação social* é quem” opera essa dinâmica e o *império de nuvem* é a “organização geral de recursos e imaginação que emerge dessas práticas”. (Ibidem,p. 39)

Após essa breve síntese dos argumentos dos autores, considero errônea a proposta das *relações de dados* e os dados como os núcleos centrais do capitalismo contemporâneo. A percepção idealista sobre os valores serem constitutivos da organização social e da própria vida humana faz os autores inverterem o produto – as ideias – como motor do processo ontológico. A moralidade, como uma estrutura de ideias com função social de guiar o comportamento dos indivíduos, é resultado das relações sociais estabelecidas em determinadas condições históricas. A transformação da moralidade, para Marx, como bem aponta Albinati (2020), está em direta relação com a transformação das condições sociais que estão na sua origem.

Como busquei apontar, essa posição teórica não é tangencial à proposta de Nick Couldry e Ulisses A. Mejias (2018, 2019), mas, sim, uma consideração elementar para a hipótese do *colonialismo digital*. Com isso, as recorrentes referências à obra de Karl Marx e marxistas diversos¹, juntamente de seus esforços para realizar pontes de contato entre categorias marxianas e suas hipóteses tornam-se profundamente contraditórias. Será sobre algumas dessas tentativas que as próximas páginas serão direcionadas no intuito de apontar suas inadequações e deturpações. Além disso, busco apontar a utilidade interpretativa das categorias marxianas para a realidade das plataformas digitais e a economia digital.

3. DESENCONTROS COMO DIÁLOGO E INCOERÊNCIAS CATEGORIAIS

A revelação da essência da relação capital trabalho é um dos aspectos centrais da revolução científica realizada por Karl Marx (Marx, 2013, 2014, 2017; Heinrich, 2024) e da superação de seus contemporâneos que também tratavam a questão do trabalho no centro do desenvolvimento capitalista. Longe de preciosismo ortodoxo, a atenção criteriosa à exposição categorial marxiana visa observar como a dinâmica social concreta é representada no plano das ideias. Logo, as propostas de alteração e utilização para compreender a realidade contemporânea devem ser ditadas pela materialidade social do fenômeno sob análise e pelo princípio da historicidade tão caro a Marx (2008).

É sob essas considerações que a crítica será travada sobre algumas das interpretações propostas pelos autores para o uso das descobertas marxianas no intuito de enquadrar o *colonialismo de dados* como uma nova etapa do capitalismo, e que tenderia, segundo eles, à

¹ Ao todo, em uma busca rápida à versão digital do livro *Cost of Connection* (2019), o conjunto de palavras: Marx, marxistas (*marxist*) e marxismo (*marxism*), contabiliza um total de 45 ocorrências. Além disso, em diversos momentos os autores buscam apontar aproximações e confluências entre suas análises e as descobertas da teoria marxista.

geração de um novo modo de produção. Nessa exposição, são empregadas as seguintes categorias marxistas: (i) a formação da **força de trabalho** como mercadoria e o **trabalho abstrato**; (ii) a especificidade relacional do **trabalho produtivo** para a produção de **valor** no trabalho tipicamente capitalista; (iii) e a **divisão do trabalho** na produção industrial e a racionalidade gerencial emergente dessa forma organizativa de processos.

a. O TRABALHO ABSTRATO E PRODUÇÃO DE MERCADORIA

Os autores (Couldry, Mejias, 2019) identificam como central para o capitalismo industrial a formação da força de trabalho (*labor power*) pela transformação da *atividade humana universal de trabalho* em uma *forma social com uma dimensão abstrata* que possibilita sua mercantilização. A partir dessa afirmação correta, os autores propõem uma correspondência entre esse movimento histórico e a formação das bases de dados utilizados pelas empresas constituintes do *setor de quantificação social* que revolve os sentidos do caráter abstrato da mercadoria. De acordo com os autores:

É essa possibilidade de abstrair valor dos processos de vida, mesmo quando não são diretamente atividades produtivas, que deixa em aberto a expectativa (*prospect*) de novos tipos de relações sociais mercantilizadas e, através delas, uma nova ordem do capitalismo. (Couldry, Mejias, 2019, p. 31)

Logo, a capacidade das empresas capturarem informações sobre os usuários na forma de dados através da captura e monitoramento (*computer monitoring*), e as utilizarem para o lucro, é arbitrariamente considerada como equivalente à abstração da força de trabalho. A proposta subjacente a essa comparação, é a de equiparar o rompimento da *autonomia* – valor fundamental para a vida social – via vigilância digital para extração de informações com a exploração da capacidade humana de criação, isto é, os corpos dos trabalhadores(as), que é núcleo da força de trabalho como mercadoria. Nesse sentido, a abstração da vida que os autores propõem, em última instância, é a datificação (*datification*) das relações sociais que as transmutam em *relações de dados* que suprimem a *autonomia* dos indivíduos. A base moral dessa análise é o oposto das descobertas de Marx.

Conforme acertadamente explica Marx (2013), a abstração da atividade humana, no capitalismo, é resultante do desenvolvimento histórico das formas sociais das relações humanas mediadas pelas mercadorias. A mercadoria é resultado de criação humana voltada ao atendimento das necessidades do estômago ou espírito (*valor de uso*) e que atua como suporte material para o valor criado na esfera da produção e validado socialmente na circulação. A mercadoria é determinada pelas especificidades de seu tempo histórico de

maneira que seu valor de uso esteja respaldado pela utilidade socialmente disseminada. Um objeto sem utilidade reconhecida não é capaz de ser recipiente de valor, mesmo que receba preço. Quando a sociabilidade humana passa a ser socialmente mediada pelas trocas, a forma valor emerge do trabalho humano abstrato.

Contudo, na relação mediada por mercadorias, aquela que serve de equivalente a todas as demais tem seu corpo validado “sempre como a incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto” (Marx, 2013, p.134). Com o desenvolvimento das relações de troca, algumas mercadorias tornam-se meios de troca socialmente reconhecidos por possuírem ampla capacidade de representar valor relativo e, assim, serem postas nas posições de equivalência de valor. Com o desenvolvimento das formas relativa de valor e valor equivalente, há a formação de um equivalente-geral que expressa o valor socialmente constituído. A forma madura emergente desse desenvolvimento é a mercadoria-dinheiro que transforma o mundo das mercadorias ao tornar-se o eixo central do dinamismo das trocas. Devido a sua dimensão social de representante geral do valor, na forma corporificada de moeda – seja ela papel-moeda ou ouro –, o dinheiro possibilita a transferência e acúmulo de valor à revelia das corporeidades específicas das mercadorias. É dessa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados (Marx, 2013, p.150).

Como duas partes da totalidade social do ciclo completo do capital, a produção e a circulação de mercadorias participam de modos distintos do processo de abstração do trabalho. Conforme explica Rubin (1987), a circulação de bens no mercado, a elevação e queda de preços conduzem à “modificações na distribuição da atividade de trabalho dos produtores de mercadorias isolados, à sua entrada em determinados ramos de produção ou saída deles, à redistribuição das forças produtivas da sociedade” (Ibidem, p. 22). Assim, o vínculo existente entre todos os membros da sociedade efetiva-se pelos produtos resultantes das atividades laborais executadas por diferentes produtores privados, os quais são conectados e relativamente determinados em uma *rede de relações de produção indiretas*. Nas palavras de Rubin:

Todo tipo de relação de produção entre pessoas confere uma "virtude social", uma "forma social", específica, às coisas através das quais as pessoas mantêm relações diretas de produção. Essa determinada coisa, além de servir como valor de uso, como objeto material com determinadas propriedades que a tornam um bem de consumo ou um meio de produção, isto é, além de desempenhar uma função técnica no processo

de produção material, desempenha também a função social de vincular as pessoas. (Rubin, 1987, p. 35)

É sobre esse aspecto elementar do modo de produção capitalista, isto é, a mercadoria, que a abstração real do trabalho concreto está fundamentada e que se realiza universalmente através da troca mediada pelo dinheiro. Portanto, conforme nos revela Marx (2013), a troca é o momento que consuma a abstração do trabalho individual, sendo o trabalho abstrato operador dessa relação de validação. Nesse sentido, Heinrich (2024) afirma que “o trabalho concreto despendido *vale* como uma determinada quantidade de trabalho abstrato formador de valor e, conseqüentemente, como parte do trabalho social total.” (p. 62) Isso, pois, a validação social implica em três reduções [*Reduktionen*] distintas: (i) o tempo de trabalho gasto individualmente é reduzido ao tempo de trabalho socialmente necessário resultante das condições gerais para a produção de um valor de uso; (ii) o tempo de trabalho gasto deve possuir recepção social para satisfação de necessidades sociais constituintes do valor de uso; (iii) a hierarquização social de determinados grupos e suas respectivas atividades realizadas condicionam a caracterização do tempo de trabalho gasto – qualificado/não-qualificado – como produtor de valor (Heinrich, 2024, p.62–63). É através dessas três reduções, simultaneamente realizadas no ato da troca, que o trabalho individual é validado como trabalho abstrato constituinte do valor. O importante aqui é notar o modo como o trabalho individual se conecta com o *trabalho social total*.

Com essa regressão à teoria marxiana, busco demonstrar a materialidade histórica da forma valor e como seu caráter abstrato é resultado da dinâmica social centrada na produção e circulação de mercadorias. A abstração da capacidade humana de criação ocorre pelo interior dessa estrutura de relações sociais que é o modo de produção capitalista. A força de trabalho, mercadoria *sui generis* cujo valor de uso é sua capacidade de criar valor, tem seu valor estabelecido nas condições históricas de distribuição da riqueza socialmente produzida. O suporte material dessa mercadoria é a corporeidade de trabalhadores(as) que, na relação com o mundo, tem a capacidade de transformá-lo intencionalmente para produzir algo útil – valor de uso. A força de trabalho não é uma mercadoria excepcional às condições sociais determinantes do valor, sendo uma das funções sociais do assalariamento atuar como mecanismo de regulação indireta dos diversos trabalhos individuais.

Logo, não é correta a correspondência entre essa dinâmica basilar do capitalismo com a dita abstração dos usuários na forma de dados através das *relações de dados* como propõem Couldry e Mejias (2018, 2019). Pois, as informações contidas na forma de dados que possuam capacidade de conduzir a uma inferência probabilística sobre o comportamento do

usuário, sejam eles metadados ou dados sensíveis, não são abstrações dos usuários. É possível, sim, compreender que a construção ideológica de categorias estatísticas pode influenciar a percepção política e a formação da consciência social. Contudo, o aspecto ideológico da luta de classes, a formação das estruturas de ideias e valores, não inverte a primazia ontológica dos processos de produção que estão no cerne do modo de produção capitalista.

b. O TRABALHO PRODUTIVO E O VALOR

Tal contorcionismo categorial de Couldry e Mejias (2018, 2019) é coroado com o abandono das especificidades da exploração do trabalho assalariado e das relações sociais de produção que são efetivamente responsáveis pela criação de mercadorias e de valor no modo de produção capitalista. No lugar das relações de trabalho tipicamente capitalistas, posicionam as *relações de dados* nas quais os dados (*data*) são uma forma de apropriação fundamental ou extração de recursos (2018). Em seu argumento, a plataforma digital:

produz o social para o capital, isto é, a forma do “social” que está pronta para a apropriação e exploração pelo valor como dado, quando combinado com outros dados similarmente apropriados. (Couldry, Mejias, 2018, p. 4)

Segundo a interpretação dos autores em tela, a funcionalidade social da plataforma é a criação de uma nova forma social que possibilitaria a captura dos processos de vida humana abstraídos como dados para serem comercializados. Nesse sentido, a correspondência entre dado e a atividade humana implica que toda atividade humana seria produtora de valor e, no processo de abstração da forma dado, na interação digital, transfere valor para as plataformas. Os autores afirmam retirar a fundamentação para essa leitura da *abstração da vida* da obra do marxista Moishe Postone (2006). Nesse aspecto, para eles, o uso dos argumentos de Marx para a interpretação da realidade capitalista não necessitam ser precedidos ou focalizados sobre o trabalho, ou quasi-trabalho², e as especificidades da exploração do mais-valor.

Essa perspectiva dos autores de *abstração de valor dos processos da vida* mobilizada por meio de dados revela uma confusão entre a precificação de mercadorias e seus conteúdos de valor. Os autores, ao trocarem as atividades de trabalho como produtoras do valor pela atividade humana datificada (*datified*) na *relação de dados* passam a tomar a precificação dos dados como a confirmação do aparente valor inerente aos dados em si. Tal percepção

² Ao longo de suas argumentações, os autores afirmam haver críticas aos limites das interpretações autonomistas e conexão com a radical interpretação de Moishe Postone para justificar o abandono das categorias de trabalho produtivo, valor, exploração do trabalho e assalariamento (Couldry, Mejias, 2018, p.7). Pelo escopo deste diálogo, e o tratamento tangencial dado pelos autores às linhas de pensamento citadas, elas não serão aqui discutidas.

funda-se no não reconhecimento do momento produtivo do valor que é o tempo de trabalho socialmente necessário para construção de determinada mercadoria nas condições médias dos meios de produção na sociedade (Marx, 2011). Em seu lugar, os autores identificam as informações abstraídas da *vida humana* na forma de dados como o conteúdo do valor inerente, ou seja, qualquer atividade mediada por dispositivos digitais gera valor. Contudo, os autores não são rigorosos a qual seja o conteúdo do valor inerente aos dados, limitando a análise à aparência fenomênica do lucro oriundo do fluxo de dados pelas plataformas. Isso, pois as “fontes de dados podem ser processos, coisas ou pessoas como também as interações entre qualquer dessas fontes. A extração de valor dos dados é igualmente indiferente de sua origem” (Couldry, Mejias, 2019, p. 7). Afirmar que atividades efetivamente improdutivas seriam produtoras de valor é um erro semelhante ao que pode ser encontrado no conceito de *prosumption* (Marques, 2017; Ferraz, Franco e Maciel, 2021). Couldry e Mejias (2018, 2019, 2024) não mobilizam o conceito de *prosumer*, contudo, a similaridade lógica entre as propostas permite essa comparação.

De acordo com Ferraz, Franco e Maciel (2021), as interpretações que advogam a emergência do *prosumer* identificam a crescente participação dos usuários, tomados simultaneamente como produtores consumidores, como agentes que estariam produzindo valor. Nessa ótica, nos ambientes digitais, capitalistas individuais explorariam os *prosumers* por meio da apropriação do conteúdo produzido por eles nas redes sociais. As autoras sinalizam certo mérito em análises como a de Ritzer (1983, 2014, 2015) por apontar um *continuum* entre os momentos de consumo e produção. Contudo, essas interpretações são limitadas devido a seus pressupostos de uma oposição estrutural entre os atos de produzir e consumir, ao ponto da análise cindir a produção da circulação. Com isso, elas velam o encadeamento das relações sociais mediadas pelas mercadorias nos momentos da produção, distribuição, troca e consumo, cuja relação dialética é intrínseca à reprodução capitalista. Isso porque, como acertadamente explica Marx (2011), os indivíduos não são ou trabalhadores, ou consumidores, são consumidores e trabalhadores. Na interpretação das autoras Ferraz, Franco e Maciel (2021), em cada ato de produção há também um *ato de consumo*, na qual consome-se a força de trabalho, consome-se a matéria prima e os meios de produção, constitui-se o consumo produtivo. A existência do duplo caráter do consumo na produção, o consumo subjetivo e consumo objetivo, mostra que o trabalho desenvolve e despende suas capacidades no ato de produção, como consome os meios de produção para a transformação da mercadoria. Nesse sentido, o consumo como prática social também possui funcionalidades

de (re)produzir as necessidades que sustentam a existência das mercadorias, segundo as autoras:

cada ato de consumo é também um ato de produção, considerando que o consumo de uma mercadoria produz a necessidade de criação de novas mercadorias e produz o sujeito consumidor, visto que esta passa a se constituir de novas subjetividades a partir do ato de consumo. Dessa forma, o consumo é uma prática social que (re)produz um modo específico de viver, engendrando as consciências daqueles que usufruem do valor de uso de uma mercadoria, mas que o fazem mediados pelo ato de realização de seu valor de troca, momento da troca que, antes, é determinada pela distribuição. Dessa forma, os atos da produção e consumo são imediatamente o seu contrário: a produção medeia o consumo, ao passo que o consumo medeia a produção. Nesse ínterim, é constatado ainda que, no processo de produção em geral, a prioridade ontológica é atribuída à produção, pois os demais momentos não podem existir sem ela — embora a não efetivação dos demais momentos também crie obstáculos ao momento da produção, que, afinal, não é um fim em si mesmo. (Ferraz, Franco e Maciel, 2021, p. 529)

Logo, os usuários como consumidores das plataformas digitais – sejam redes sociais, *softwares* de intermediação de compras ou de intermediação de trabalho – embora participem da reprodução social das necessidades desses serviços não estão envolvidos na produção do valor. O que emerge a cada uso dessas plataformas são registros reveladores de traços do modo de viver e de consumir dos indivíduos que possuem utilidade para plataformas e empresas em geral. Entretanto, a existência desses rastros não é, por si só, mercadoria, embora seja resultado de uma atividade humana. Ao contrário de apontar o caráter produtivo do rastro, a massiva concentração para sustentar os processos de *Big Data* desvela sua potencialidade como elemento portador de valor. A formação dos dados como mercadorias ocorre pelas mediações do trabalho produtivo e o consumo produtivo das tecnologias de processamento. Assim, pode-se compreender *Big Data* como um momento da produção – emprego de força de trabalho e meios de produção – que se sustenta sobre o volume de rastros produzidos pela utilização das plataformas e domínios digitais.

A condição histórica estabelecida pelo influxo de capitais para os setores de tecnologia digital possibilitou a expansão dos serviços ofertados sem cobrança de uso (Srnicek, 2019). Com a ampliação de usos e da população usuária, desenvolveram-se novas maneiras de interagir e novos patamares para quantificação de dados. Nessas recentes e abruptas transformações dos ambientes digitais, múltiplas manifestações humanas — artísticas, políticas, afetivas, religiosas – são realizadas por meio das plataformas. E, assim, elas possuem potencial de reutilização em diferentes etapas do ciclo do capital, como, por exemplo, marketing direcionado, treinamento de IA e análises de mercado. Logo, a interação virtual não é mercadoria, mas o conjunto de informações resultantes do processamento de rastros digitais dos usuários pode ser utilizado para propósitos ligados à acumulação de

riqueza.

Com isso, aponta-se a incoerência da identificação mobilizada por Nick Couldry e Ulisses Mejias (2018, 2019, 2024) do dado como valor explorado pelas plataformas através das *relações de dados*. O dado, na forma de registro imediato da interação, não é necessariamente uma mercadoria possuidora de valor. Existem ciclos de produção que realizam trabalho sobre a massa de dados capturada e que resultam nos produtos ofertados pelas plataformas digitais. Nesse sentido, outro erro presente na abordagem do *colonialismo de dados* de Couldry e Mejias é a utilização descriteriosa do conceito de exploração, que se descaracteriza perante o abandono da análise das especificidades dos trabalhos envolvidos nas dinâmicas de plataformas.

A importância do momento produtivo está na sua posição interna ao nó entre os fios da expropriação dos registros e o surgimento do objeto social mobilizado pelas plataformas para o lucro. No centro desse momento, efetiva-se a criação da mercadoria e a produção do mais-valor através da exploração da força de trabalho, adquirida pelo capitalista via assalariamento, e consumida produtivamente por criar mercadorias. Ao proposta de Christian Fuchs (2014, 2015a, 2015b), que enquadra o usuário da internet como produtor-consumidor (*prosumer*), Marques (2018) aponta o acerto de Marx (2013) ao reconhecer a centralidade da relação de assalariamento para a exploração capitalista³. Logo, é preciso também verificar a localização daquelas atividades executadas por determinados trabalhadores dentro da dinâmica de capitais, isto é, a autovalorização do valor.

A organização global das cadeias de valor que constituem as plataformas e setores supridores de maquinário e força de trabalho apontam a localização do material do trabalho produtivo para além do tecnofetichismo. A classe trabalhadora empregada por esse setor é diversa e caracterizada pela localização difundida por múltiplos territórios com a constituição de polos de trabalho técnico especializado. Esses pontos se entrelaçam em escala global formando complexas cadeias de valor que envolvem desde moderadores de conteúdo pauperizados em países periféricos (Abílio, 2021; Grohmann, 2021; Fuchs, 2014) até frações super qualificadas do Vale do Silício (Marques, Kerr Pinheiro, 2014, 2019). O tratamento secundário dado por Couldry e Mejias (2018, 2019, 2024) ao trabalho produtivo, isto é, o

³ É fundamental frisar que existem diferenças abissais entre o complexo esforço da obra de Christian Fuchs para analisar a realidade contemporânea via teoria social marxista, e os encontros tangenciais de menor rigor categorial que despontam nos trabalhos realizados por Nick Couldry e Ulisses A. Mejias.

emprego do trabalho humano na dinâmica produtiva das tecnologias digitais, expressa-se na limitação analítica à superfície fenomênica dos diversos tipos de trabalho mediado por plataformas. Em *Data Grab* (2024) e *Costs of Connection* (2019), são pontuais observações realizadas sobre as faixas de trabalhadores envolvidos em trabalhos complexos de tratamento e armazenamento de dados. Os autores limitam-se a identificar expressões públicas de figuras pertencentes a uma aparente massa amorfa de trabalhadores, que por vezes é posta às sombras da notória franja de cientistas de dados do Vale do Silício.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese do *colonialismo de dados*, proposta por Nick Couldry e Ulisses A. Mejias (2018, 2019, 2024), oferece uma perspectiva idealista sobre o funcionamento dos processos econômicos das plataformas digitais e a extração global de dados. Isso devido à sua concepção sobre a natureza do valor que equipara erroneamente *informações extraídas na forma de dados como abstrações de atividade humana* genericamente geradora do valor. A confusa interpretação que realizam sobre abstração da atividade humana pela venda da força de trabalho, aponta para uma incompreensão geral da dialética constitutiva das mercadorias no modo de produção capitalista descoberta por Marx (2013). Com isso, os autores cometem erros categoriais e correspondências equivocadas, resultando na não distinção entre os momentos constitutivos da matéria bruta (os dados) e o processo efetivo de criação e valorização capitalista do trabalho produtivo.

Logo, o argumento do *colonialismo digital* limita-se aos aspectos da captura massiva de informações pessoais por já identificar nos dados a presença do valor que é posteriormente utilizado pelo *setor de quantificação social*. As *relações de dados*, novas formas de relações sociais pautadas na produção, compartilhamento e extração de informações, seriam elementares para a atual fase do capitalismo. Com a formação dessas relações por meio da desigualdade nas relações de poder ocorre o recrudescimento da expropriação das *vidas colonizadas*. O controle das tecnologias e capacidade econômicas das grandes plataformas são condições para a ascensão de uma nova racionalidade social controlada por esses agentes privados. Por racionalidade social os autores compreendem a formação do *social* como produto abstrato da representação estatística. A atual produção do *social* está encapsulada pela ideologia da datificação que impõe os dados como a norma socialmente estabelecida e inevitável. Logo, a problemática dos dados na economia de plataforma é deslocada da estrutura reproduzida nas práticas sociais capitalistas para despontar o caráter epistemológico

da modelagem estatística dos dados que *abstraem a vida humana*.

Contudo, os capitais de plataformas não se fundam apenas na extração dos dados de seus usuários diretos ou indiretos, mas compõem complexas cadeias globais de trabalho (Fuchs, 2014) que incluem desde trabalhadores altamente qualificados (Marques, Kerr Pinheiro, 2014, 2019) até trabalhadores precarizados dos países periféricos (Abílio, 2021), responsáveis por moderar conteúdos e classificar informações (Grohmann, 2021). Em certa medida, essa invisibilização da complexa conformação da massa de trabalho produtivo realizada reproduz um fetichismo tecnológico. Isso, pois, ao invés dessa complexa estrutura produtiva, Couldry e Mejias (2018, 2019, 2024) identificam a modulação das relações sociais através da capacidade e diversidade computacional de extração de dados como o principal fator do *colonialismo de dados*.

Com essas considerações, busco apresentar algumas das limitações existentes na hipótese dos autores para uma compreensão científica das relações sociais estabelecidas pelas plataformas digitais e as esferas de sociabilidade a elas conectadas. É preciso recentrar o foco nas relações de exploração do trabalho, na subsunção real através das novas tecnologias e nos processos concretos de acumulação que engendram as *Big Techs*. Para tal, é preciso observar como essas empresas se estabelecem em meio às especificidades regionais das diferentes sociedades. Como realizou Kenzo (2023), que denota as relações de exploração e acumulação entre países periféricos através do sub-imperialismo de plataforma e a formação de setores de plataformas nacionais. Esforços investigativos futuros precisam penetrar as aparências da tecnicidade digital e econômica para desvelar as estruturas das coisas que condicionam as relações sociais.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. In: ANTUNES, R. et al. (orgs.). **Infoproletários**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

AVELINO, R. D. S. **Colonialismo digital**: tecnologias de rastreamento online e a economia informacional. São Paulo: Alameda, 2023.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana São

Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

CASSINO, J. F.; O sul Global e os desafios pós-coloniais na era digital. *In*: Sérgio Amadeu da Silveira; Joyce Souza; João Francisco Cassino. (Org.). **Colonialismo digital: como opera a fronteira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021, p. 13-31.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The costs of connection : how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford, California: Stanford University Press, 2019.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **Data grab: The new colonialism of big tech and how to fight back**. University of Chicago Press, 2024.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 336-349, 2018.

ERMANTRAUT, V.; Locação de algoritmos de inteligência artificial da microsoft no Brasil: reflexões, dataficação e colonialismo *In*: Sérgio Amadeu da Silveira; Joyce Souza; João Francisco Cassino. (Org.). **Colonialismo digital: como opera a fronteira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021, p.167-184.

FUCHS, Christian. **Digital Labour and Karl Marx**. New York: Routledge. 2014.

FUCHS, Christian. **Culture and economy in the age of social media**. New York: Routledge. 2015a.

FUCHS, Christian. The Digital Labour Theory of Value and Karl Marx in the Age of Facebook, YouTube, Twitter, and Weibo. *In*: FISHER, Eran; FUCHS, Christian (Orgs). **Reconsidering value and labour in the digital age**. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2015b.

FERRAZ, D. L. DA S.; FRANCO, D. S.; MACIEL, J. A. DESVELANDO O PROSUMPTION: O PRODUTOR-CONSUMIDOR, AS PLATAFORMAS DIGITAIS E O MOVIMENTO DO CAPITAL. **READ. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 27, n. 2, p. 519–546, ago. 2021.

GROHMANN, R. et al. O chão de fábrica (brasileiro) da inteligência artificial: a produção de dados e o papel da comunicação entre trabalhadores de Appen e Lionbridge. **Palavra Chave**, v. 24, n. 3, 1 set. 2021.

HEINRICH, M. **Introdução a O capital de Karl Marx**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2024.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. **Trabalho & Educação**, v. 27, n. 3, p. 111-130, 2018.

MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Polarização do Conhecimento na Era da Informação: o Vale do Silício como exemplo. **TENDÊNCIAS DA PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v. 7, p. 11, 2014.

MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Voices from Silicon Valley expose the polarization of knowledge in the information age. **ETD: EDUCAÇÃO**

TEMÁTICA DIGITAL, v. 21, p. 960-978, 2019.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIAN, M. B. Universidades federais brasileira a serviço da lógica colonial de exploração de dados *In*: Sérgio Amadeu da Silveira; Joyce Souza; João Francisco Cassino. (Org.). **Colonialismo digital**: como opera a fronteira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021, p. 126-147.

MOISHE POSTONE. **Time, labor, and social domination : a reinterpretation of Marx's critical theory**. Cambridge England ; New York: Cambridge University Press, 2006.

RITZER, G. The McDonaldization of society. **Journal of American Culture**, n. 6, p.100-107, 1983.

RITZER, G. Hospitalidade e prossumerização. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. XII, n. especial, p. 12 - 41, 2015.

RITZER, G.; JURGENSON, N. Production, Consumption, Prosumption: The Nature of Capitalism in the Age of the Digital “Prosumer”. **Journal of Consumer Culture**, v. 10, p.13-36. 2010.

RUBIN, I. I. **Teoria marxista do valor**. [s.l: s.n.].

SCHIAVI, I.; SILVEIRA, S. A. A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, 1 jan. 2022.

SETO, Kenzo Soares. Subimperialismo de Dados: Uma Crítica ao Colonialismo de Dados diante das Big Techs Sul-Americanas. **Dados & Sociedade**, v. 8, n. 3, p. 112-134, 2023.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: Sérgio Amadeu da Silveira; Joyce Souza; João Francisco Cassino. (Org.). **Colonialismo digital**: como opera a fronteira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021, p. 32-50.

SILVEIRA, S. A. **Soberania e a regulação de dados**. 15º Seminário de Privacidade. CGI.br e NIC.br, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BxRrRQERkGQ>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism** (ebook). Cambridge, UK; Malden, MA: Polity, 2017.

SOUZA, J.; Inteligência artificial, algoritmos preditivos e o avanço do colonialismo de dados na saúde pública brasileira *In*: Sérgio Amadeu da Silveira; Joyce Souza; João Francisco Cassino. (Org.). **Colonialismo digital**: como opera a fronteira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021, p. 107-125.